



Relatório final do:

Seminário Internacional: Gestão de Fundos Governamentais em Mudança do Clima

1º de junho de 2017
Brasília | DF



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**



Por ordem do

**Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza,
Construção e Segurança Nuclear**

giz Geoinformation
Systems
GIZ - German Development Cooperation



Sumário

Apresentação.....	03
A. Organização do Seminário.....	04
Objetivos.....	04
Programação.....	04
Metodologia.....	05
B. Aplicação de recursos por meio de fundos governamentais: abordagem conceitual e tipos de fundo.....	06
1. Síntese da apresentações	06
1.1. Martin Fortes Gestão de Fundos Governamentais: Perspectiva Orçamentária.....	06
1.2. Márcio Leão Aspectos de Controle.....	07
1.3 Tobias Brenner The National Climate Initiative.....	08
2. Painel da facilitação gráfica.....	10
C. Gestão de fundos: boas práticas, governança e compliance.....	11
1. Síntese da apresentações	11
1.1. Juerg Klaerer Good Practices of National Climate Funds.....	11
1.2. Brenda Brito Governança De Fundos Ambientais E Florestais Na Amazônia Legal.....	12
1.3 Ângela Albernaz Skaf - Fundo Amazônia.....	13
2. Painel da facilitação gráfica.....	15
D. Captação de recursos e sustentabilidade financeira, gestão direcionada a impacto.....	16
1. Síntese da apresentações	16
1.1. Juerg Klaerer Climate Finance Sources And NCF Fundraising.....	16
1.2. Anja Wucke Gestão Direcionada à Impacto.....	16
2. Painel da facilitação gráfica.....	19
E. Gestão de Fundo: atividade vivencial.....	20
1. Resultados dos Grupos.....	20
2. Reflexão da Plenária.....	24
3. Resultados das Reflexões Individuais.....	24
F. Avaliação do Seminário	26
Anexo 1 Material da atividade vivencial: Gestão de Fundos.....	30
Anexo 2 Registro fotográfico.....	38
Anexo 3 Lista de participantes.....	42

Apresentação

A Secretaria de Mudança do Clima e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, realizaram no dia 1º de Junho de 2017, o Seminário Internacional “Gestão de Fundos Governamentais em Mudanças Climáticas. O evento foi organizado dentro do contexto do Programa Políticas sobre Mudança do Clima (PoMuC), parceria entre o governo brasileiro e alemão no contexto da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável Brasil-Alemanha.

O PoMuC oferece assessoramento técnico e metodológico para a implementação bem sucedida de áreas selecionadas da PNMC. O MMA é apoiado na coordenação da implementação e da elaboração de um Sistema de Transparência que inclui o MRV (Monitoramento, Relatório e Verificação) das ações domésticas da PNMC, no assessoramento técnico de Ministérios Setoriais para o desenvolvimento e implementação políticas e ações setoriais para o clima, na implementação do PNA, e no fortalecimento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FC). Além disso, o projeto trabalhará junto ao Ministério da Fazenda na avaliação de impactos regulatórios de um Programa Nacional de Relatoria de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Visando o fortalecimento do Fundo Clima, o evento foi promovido com o objetivo de alinhar conhecimentos sobre abordagens conceituais e gestão de fundos públicos relacionados à mudança do clima, trocar experiências sobre melhores práticas de gestão, governança e *compliance* de fundos governamentais nacionais e internacionais, e ampliar conhecimento e dialogar sobre captação de recursos e sustentabilidade financeira de fundos.

Foram convidados a participar do seminário, membros dos comitê gestores e representantes de cinco fundos nacionais: Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), Fundo Socioambiental da Caixa e Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Do evento realizado, vale destaque para a riqueza das informações compartilhadas entre os participantes, o interesse e o engajamento de todos e o trabalho cooperativo e produtivo.

As informações gerais do evento, a síntese das palestras e os resultados da reflexão coletiva e painéis da facilitação gráfica estão documentados neste relatório.

Tatiana Espíndola
Isabel Castro
Facilitadoras
Carolina Ramalhe
Facilitadora gráfica

A. Organização do Seminário

1. Objetivos

- ✧ Alinhar conhecimentos sobre abordagem conceitual e gestão de fundos públicos relacionados à mudança do clima.
- ✧ Trocar experiências sobre melhores práticas de gestão, governança e *compliance* de fundos governamentais nacionais e internacionais.
- ✧ Ampliar conhecimento e dialogar sobre captação de recursos e sustentabilidade de fundos.

2. Programação

01 de junho de 2017, das 8h30 às 18h30

Horário	Atividade
8h30	Café e credenciamento
9h	Abertura, boas vindas e contextualização Fundo Clima <ul style="list-style-type: none">• Sr. Everton Lucero – Secretário de Mudança do Clima e Florestas, MMA• Sr. Lutz Morgenstern – Representante Embaixada Alemã, BMUB
9h20	Organização do Seminário: apresentação dos participantes, do objetivo, do programa e dos aspectos metodológicos.
9h30	Aplicação de recursos por meio de fundos governamentais: abordagem conceitual e tipos de fundo <i>Tipos de fundo, abordagem conceitual, vantagens e desvantagens – Martin Fortis - SOF</i> <i>Controles e desafios na aplicação de recursos através de fundos – Márcio Leão - STN</i> <i>German Climate Initiative – Tobias Brenner Ministério Meio Ambiente Alemanha</i>
11h	Intervalo
11h20	Gestão de fundos: boas práticas, governança e compliance <i>Gestão, Governança e Compliance - Juerg Klaerer (Æquilibrium Consulting GmbH)</i> <i>Os fundos estaduais na Amazônia – Brenda Brito (Imazon)</i> <i>Fundo na prática - Ângela Albernaz Skaf - Fundo Amazônia</i>
13h15	Almoço
14h15	Captação de recursos e sustentabilidade financeira, gestão direcionada a impacto <i>Captação de recursos e sustentabilidade - Juerg Klaerer (Æquilibrium Consulting GmbH)</i> <i>Gestão direcionada a impacto – Anja Wucke (GIZ)</i>
15h30	Intervalo
15h50	Gestão de Fundo na Prática <i>Atividade vivencial</i>

Horário	Atividade
18h15	Considerações finais e avaliação
18h30	Encerramento

3. Metodologia

A estrutura metodológica do Seminário foi desenhada considerando momentos de: (i) exposição dialogada entre palestrantes convidados e participantes, (ii) diálogos entre os participantes para construção de perguntas norteadoras que pudessem pautar as falas dos convidados, e (iii) vivência em grupo de forma a exercitar os principais processos de gestão de fundo considerando as atividades desenvolvidas em um ano fiscal. Essa Vivência foi organizada num formato misto de jogo com reflexão final sobre a experiência vivenciada e compartilhada coletivamente por todos. O evento contou com a atuação de duas facilitadoras e de facilitadoras gráficas.

B. Aplicação de recursos por meio de fundos governamentais: abordagem conceitual e tipos de fundo

1. Sínteses das apresentações

1.1.MARTIN FORTIS: GESTÃO DE FUNDOS GOVERNAMENTAIS: PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA

Martin Fortis é servidor público federal pertencente à carreira de Analista de Planejamento e Orçamento desde 2004. Atualmente, exerce suas atribuições na Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP), na qual ocupa o cargo de Coordenador de Estudos e Desenvolvimento de Metodologias para Avaliação de Políticas Públicas. É graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutor em Gestão Governamental e Políticas Públicas pela University of Westminster (Londres, Inglaterra). É autor de artigos científicos sobre orçamento público, tendo publicado recentemente o livro "Plurianualidade Orçamentária no Brasil: Diagnóstico, Rumos e Desafios".

Fundos são mecanismos de gestão orçamentária e financeira instituídos por meio de lei, sendo especificadas as suas receitas, a sua finalidade e a incorporação de saldos. Existe uma ampla variedade desses mecanismos, entretanto, sua terminologia é imprecisa. Como a legislação não oferece caracterização legal exaustiva, há confusão frequente sobre o assunto. Dentre as modalidades de fundos, destacam-se os Fundos Orçamentários, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Esses, objeto do estudo, são unidades orçamentárias da administração direta e destinados à execução de ações programáticas. Seus atributos incluem receitas especificadas, vinculação a objetivos pré-determinados, inclusão na LOA e preservação dos saldos.

O histórico dos fundos data de 1922, onde se apresentavam previstos no Código de Contabilidade. Na Constituição Federal de 1934 foram dispostos mecanismos de vinculação de receitas e criação prévia de fundos para operacionalizar vinculações (ex: amparo à maternidade e infância, educação, e defesa contra seca). A Lei no 4.320/1964 indicou as características essenciais dos fundos, enquanto o Decreto número 200/1967 instituiu que o Executivo deveria assegurar "autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente aos serviços, institutos e estabelecimentos incumbidos da execução de atividades de pesquisa ou ensino ou de caráter industrial, comercial ou agrícola, que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exijam tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta, observada sempre a supervisão ministerial".

Devido à rápida proliferação dos fundos, várias disfunções foram ocorrendo, como: recursos públicos alocados em setores pouco estratégicos; perda de capacidade do governo em definir prioridades e investir em áreas essenciais; duplicação e sobreposição da atividade estatal (objetivos dos fundos eram definidos em termos genéricos); enfraquecimento do poder decisório do governo, pois gestores decidiam conforme

critérios próprios; endividamento do governo ao mesmo tempo que fundos tinham recursos ociosos; falta de padronização na escrituração das contas dos fundos; falta de transparência, resistência ao controle e práticas de alocação criativas/duvidosas.

Diante da percepção de inadequação dos fundos como mecanismos de gestão orçamentária e financeira, alguns mecanismos foram criados de modo a avançar sua gestão, como a criação do STN em 1986, a implantação do SIAFI (1987) com a criação da conta única, e o Decreto no 93.872/1986. O Decreto, além de classificar os fundos, delimitou sua contabilidade ao controle interno, vedou a sua criação pela administração indireta e decretou a extinção de fundos inativos por mais de dois anos. Em 1988, a nova CF impôs quatro condições para sua criação, sendo necessária prévia autorização legislativa e proibida a vinculação de impostos, sua inclusão na LOA, e previsão de Lei Complementar de Finanças Públicas. Frente a tais modificações, os fundos que antes apresentavam vantagens expressivas em termos de execução orçamentária e financeira, agora não asseguravam efetiva disponibilidade de recursos.

Dentre as vantagens de execução de despesas por meio de fundos, foram citados que esses não garantem a aplicação do recurso, sendo contingenciados juntamente com despesas discricionárias primárias. Nesse caso, a vinculação da receita é que importaria, dado que "recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso". Dentre as desvantagens, destacou-se o aumento da rigidez orçamentária, já que há engessamento de prioridades com o atrelamento de gastos a prioridades do passado, em prejuízo das que se apresentam na época. Como conclusão, foi destacado que os fundos desempenharam papéis decisivos nas décadas de 1960-70 e se caracterizavam como regime diferenciado que conferia autonomia orçamentária e financeira; entretanto, na atualidade, eles não apresentam vantagens que os justifiquem, uma vez que o fator decisivo para garantir recursos é a vinculação e não a criação do fundo.

1.2. MÁRCIO LEÃO: ASPECTOS DE CONTROLE

Márcio Leão é bacharel em Estatística (UnB) e Direito (CEUB), com pós-graduação em Economia do Setor Público pela FGV. Servidor efetivo do Governo Federal – STN/MF, onde exerce o cargo de Coordenador-Geral de Programação Financeira. Foi Chefe de Gabinete da STN, foi Coordenador-Geral da área de Gestão de Riscos Operacionais e coordenou a Área de Normas. Também foi diretor na Secretaria de Política de Informática do MCTI e Assessor na Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda.

A palestra abordou os aspectos legais e normativos que regem a gestão dos fundos. Primeiramente, a Constituição Federal veda a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa. A Lei no 4.320/1964 determina que: "Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação"; "A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais"; "Salvo determinação em

contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo"; e, "A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente".

No Decreto no 93.872/1986, ficou instituído que: a execução orçamentária e financeira dos Fundos Contábeis é realizada no SIAFI, registrando as despesas finalísticas. Os recursos financeiros enquanto não utilizados pelos Fundos ficam na Conta Única do Tesouro Nacional, com remuneração (se previsto na lei que trata o Fundo), sendo vinculados às finalidades do Fundo, ainda que em outro exercício. Já a execução orçamentária e financeira dos Fundos Financeiros é realizada no SIAFI, porém, com despesas de transferência, aporte, e integralização/capitalização do Fundo junto ao agente financeiro. Os recursos financeiros saem da Conta Única em favor do agente financeiro, para posterior desembolso quando da realização de despesas finalísticas do fundo (despesas fora da Conta Única). Conforme regulamento do Fundo, enquanto não utilizados, seus recursos são remunerados pelo agente financeiro.

O Decreto ainda define que: "A aplicação de recursos através de fundos especiais constará de programação e será especificada em orçamento próprio, aprovado antes do início do exercício financeiro a que se referir"; "Salvo expressa disposição de lei em contrário, aplicam-se à execução orçamentária de fundo especial as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da União"; "Não será permitida a utilização de recursos vinculados a fundo especial para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados"; e, "A contabilização dos fundos especiais geridos na área da administração direta será feita pelo órgão de contabilidade do Sistema de Controle Interno, onde ficarão arquivados os respectivos documentos para fins de acompanhamento e fiscalização".

A Lei de Responsabilidade Fiscal, LC 101/2000, define que além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará que: "as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente".

1.3 TOBIAS BRENNER – THE NATIONAL CLIMATE INITIATIVE

Tobias Brenner trabalhou em políticas de clima e energia no Parlamento Europeu e em Assuntos Europeus diversos no Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros da Alemanha. Em sua atual ocupação no Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha, ele é responsável por programas de apoio para promover a ação climática a nível nacional (Iniciativa Nacional sobre o Clima).

A Iniciativa Climática Nacional da Alemanha (National Climate Initiative- NCI), incluída no planejamento financeiro do Ministério do Meio Ambiente Alemão, visa apoiar a redução da emissão de gases de efeito

estufa (GEE) do país em 40% até 2020, 55% até 2030, 70% até 2040, e 80-95% até 2050, com base nos valores de 1990. O potencial das "tecnologias respeitadoras do clima" (climate-friendly technologies) deve ser demonstrado, desenvolvido e disponível para uso amplo e de forma econômica. Como grupos foco da iniciativa, destacam-se os municípios, indústrias e empresas, consumidores e instituições educacionais. A organização do NCI consiste na existência de leis que regem os fundos governamentais e regras administrativas, que, por meio do Ministério do Meio Ambiente, contratam instituições responsáveis por ações de comunicação, implementação e avaliação das atividades.

O NCI é estruturado através de medidas de investimento, como por apoio a fundos por instruções oficiais e por meio de concorrências, e por medidas estratégicas, como fundos a gestores da área do clima e competições por projetos inovadores. Como medidas de investimento, podem-se citar instruções oficiais para ações climáticas em nível municipal, como uso de tecnologia LED para iluminação e sinalização, tecnologias de esfriamento, aquecimento e ventilação em construções, eficiência de energia para centro de dados, redução de emissões de GEE em lixões desativados e mobilidade sustentável. Dentre as estratégias de concorrência foram citadas as competições por projetos que promovam o uso de bicicletas (pistas, locais de alojamento, sinalização) e por projetos modelos nos municípios, como plantas de tratamento de água, redes de aquecimento local, dentre outros. Medidas estratégicas utilizadas incluem o treinamento de Gestores voltados para o Clima (Climate Action Managers) e projetos individuais e inovadores de ação climática, com cerca 178 projetos apoiados desde 2011.

C. Gestão de fundos: boas práticas, governança e compliance

1. Sínteses das apresentações

1.1 JUERG KLAERER – GOOD PRACTICES OF NATIONAL CLIMATE FUNDS

Juerg Klaerer possui mais de 20 anos de experiência internacional nas áreas de Financiamento Climático/Ambiental; Tributação Ambiental e reforma fiscal; Política de Clima e Ambiental, bem como na área de eficiência de recursos e produção industrial limpa. Nestas áreas, Juerg Klarer liderou ou esteve envolvido em projetos em aproximadamente 60 países.

A palestra “Boas Práticas de Fundos Climáticos Nacionais - FCN” apresentou o papel dos FCNs como ferramentas de auxílio para que países respondam às complexidades e aos desafios das finanças para o clima, assim como tenham acesso facilitado às fontes de financiamento internacionais, sendo definidos como: mecanismos de financiamento do setor público que apoiam projetos de mitigação e adaptação no nível nacional, de acordo com prioridades estabelecidas nas políticas nacionais de desenvolvimento e mudanças climáticas.

Algumas oportunidades e desafios para o estabelecimento e reforma de FCNs, foram citados, de acordo com a tabela abaixo (Tabela 2):

Oportunidades	Desafios
Financiamento climático facilitado: <ul style="list-style-type: none">- Aumento de fundo climático no nível nacional;- Maior diversidade de fundos climáticos;- Acesso à fundos que de outro modo não seriam disponíveis;	Nicho institucional: <ul style="list-style-type: none">- Foco somente em fundo climático ou em áreas mais amplas como meio ambiente, infraestrutura de água e dejetos, biodiversidade e proteção da natureza;- Integração com instituições e mecanismos de finança existentes;
Domínio e melhoria das capacidades: <ul style="list-style-type: none">- Aumento do domínio sobre os fundos climáticos (com menor dependência de parceiros internacionais);- Desenvolvimento sistemático de capacidades e mercados no nível nacional;- Aumento da sustentabilidade e profundidade das ações (ex: comunidades vulneráveis) nos fundos climáticos – devido ao aumento do domínio nacional;	Padrões fiduciários, requerimentos de capacidade e de acesso direto: <ul style="list-style-type: none">- Habilidade de prover um grau suficiente de independência e estabilidade institucional;- Habilidade de cumprir com padrões fiduciários internacionais; compatibilidade entre padrões fiduciários nacionais e internacionais;- Habilidade de financiar custos gerais e responder aos requerimentos de capacidade;
Melhoria no alcance das prioridades políticas: <ul style="list-style-type: none">- Melhor coordenação das finanças em prioridades políticas;- Melhor diversidade de instrumentos políticos;- Melhor coordenação e cooperação entre principais atores;	Compatibilidade das finanças públicas: <ul style="list-style-type: none">- Compatibilidade com integralidade e abrangência das despesas, assim como eficiência da alocação e requerimentos de efetividade dos custos;- Dificuldades relacionadas à destinação das receitas fiscais;

Oportunidades	Desafios
Outros: - Possibilidade de aprendizado com experiências de FNCs de outros países;	Outros: - Ambição da abordagem, como iniciar somente com fundos não- reembolsáveis ou outros instrumentos mais complexos de financiamento (empréstimos, seguros, dentre outros).

Dentre os objetivos principais de estabelecimento de um fundo climático nacional, foram destacados o objetivo de financiar projetos nacionais e subnacionais de mitigação e adaptação e o papel em agregar diversas fontes de fundos (públicos, privados, bilaterais, multilaterais e outros) para a execução dessas ações. De modo secundários, os FCNs têm o objetivo de coletar e gerir as fontes de financiamento de modo a executar prioritariamente ações nacionais e subnacional; desenvolver capacidades e compartilhamento de conhecimento em áreas relacionadas ao fundo climático, como desenvolvimento, gestão, implementação e avaliação de projetos; fortalecer o domínio nacional sobre os fundos climáticos, aumentando a sustentabilidade dos projetos em curso; coordenar atividades de financiamento por meio de planejamento nacional e setorial, e levantamento institucional de especialistas na área de fundo climático; possibilitar e contribuir para a divulgação de tecnologias e soluções, idealmente levando à sua comercialização e menor necessidade de financiamento subsidiado ao longo do tempo.

Algumas decisões necessárias para o estabelecimento de FCNs foram apresentadas, sendo agrupadas em seis categorias: definição de objetivos e nicho operacional; identificação e operacionalização do financiamento; criação de uma base legal; garantia de utilização responsável; garantia de gestão fiduciária responsável; e estabelecimento e reforço de governança efetiva. A definição do nicho operacional deve passar por várias observações, como: identificação do tipo e volume de investimento que o fundo deve auxiliar no curto, médio e longo-prazo de acordo com a política relevante; mapeamento e envolvimento de atores-chave; avaliação da acreditação dos FCNs como DAE no GCF, e/ou AF e/ou GEF; avaliação de recursos nacionais que FNC pode receber; avaliação do nicho do FNC frente a outros investimentos públicos e privados operacionais em países com fundo climático. Baseado nos anteriores, deve haver proposição de novos objetivos e nichos para o fundo climático, e desenvolvimento de avaliação e mapeamento legal sobre tipos de bases legais adequadas ao fundo, discutindo achados com atores-chave e implementando a reforma por meio de aprovações, elaboração de legislação, e de manual operacional.

1.2 BRENDA BRITO - GOVERNANÇA DE FUNDOS AMBIENTAIS E FLORESTAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

Brenda Brito é pesquisadora associada do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), instituição de pesquisa não governamental sediada em Belém (PA). Mestre e doutoranda em Ciência do Direito pela Universidade Stanford (EUA), atua há 14 anos no aprimoramento de leis e políticas ambientais para conservação da floresta, melhoria da gestão fundiária na região e mitigação de mudanças climáticas, com ênfase na

redução de desmatamento. No Imazon, foi ainda secretária executiva, pesquisadora adjunta, participante em seis conferências das partes (COPs) e é membro da coordenação colegiada do Observatório do Clima. Já publicou mais de 40 obras, entre livros e artigos.

Os fundos ambientais na Amazônia foram criados entre os anos de 1986 e 2005. Sua capacidade de gestão e captação de recursos depende de uma boa governança, traduzida por características ligadas à transparência, capacidade, coordenação, participação e prestação de contas.

De modo a se observar a governança dos fundos na Amazônia, foi desenvolvido um trabalho de avaliação de 11 fundos com no mínimo um ano de funcionamento, por meio da análise de sete indicadores obtidos em revisões de legislação e em entrevistas. Os indicadores consistem nas categorias de: participação pública na estruturação, clareza de regras de arrecadação e distribuição de recursos, clareza nas responsabilidades administrativas, expertise na área florestal, capacidade administrativa, monitoramento financeiro e monitoramento de impactos e eficácia. Ao final, os fundos foram classificados como forte, moderado ou fraco. Como conclusão da análise, foi observado que para melhorar a captação de recursos será necessária uma melhor governança, com melhor capacidade da equipe e clareza de regras, transparência e prestação de contas no setor financeiro e de impacto, e melhorias na participação com ampliação da diversidade nos conselhos.

1.3 ÂNGELA ALBERNAZ SKAF - FUNDO AMAZÔNIA

Angela Skaf é economista (Ibmec) com mestrado em economia (PUC-Rio). Trabalha no BNDES desde 2004. Em 2008, assumiu a gerência do Centro de Pesquisa de Informações e Dados do BNDES. Desde 2011, é gerente de Comunicação e Relações Institucionais do Fundo Amazônia.

A carteira de projetos aprovados pelo Fundo Amazônia (FA) inclui 88 projetos com destinação de 1,4 bilhão de reais. Desses, 36% foram destinados ao terceiro setor, 37% aos estados, 23% à União, 1% aos municípios, 1% às universidades e 2% a projetos internacionais. O FA é gerido por meio de uma governança participativa, composta por 8 representantes do governo federal (MMA, MDIC, MRE, MAPA, MCTI, Casa Civil, MJ/Funai e BNDES), 9 dos estados amazônicos (AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR, TO) e 6 da sociedade civil (FBOMS, COIAB, CONTAG, CNI, FNBF, SBPC), juntos denominados como Comitê Orientador do Fundo Amazônia. O comitê tem a atribuição de definir diretrizes e critérios para o apoio do FA e aprovar as prestações de contas e o relatório anual. Um comitê técnico (Comitê Técnico do Fundo Amazônia), formado por especialistas selecionado pelo MMA após consulta ao FBMC, tem a atribuição de atestar a redução das emissões de carbono oriundas do desmatamento, calculada pelo MMA. Os eixos de atuação do PPCDAM (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) incluem as

áreas de produção sustentável, monitoramento e controle, ordenamento territorial, e ciência, inovação e instrumentos econômicos.

As ações de monitoramento ambiental são desenvolvidas em 5 grandes projetos (Inpe I e II, OTCA, Censipam e Imazon) com o apoio de 231 milhões de reais. As atividades voltam-se à eliminação de gargalos, como resolução espacial, cobertura de nuvens, ampliação para outros biomas brasileiros e Amazônia regional. A área de prevenção e combate aos incêndios florestais, obteve destinação de 90 milhões de reais para o desenvolvimento de instituições com trabalhos no tema, como projetos de bombeiros estaduais e o Prevfogo. O CAR (Cadastro Ambiental Rural) foi apoiado com cerca de 237 mil reais, estando presente em 14 projetos. Três novos projetos encontram-se em análise, com um valor estimado de 99 mil reais. Atividades de apoio aos povos indígenas cobriram mais de 55% das Terras Indígenas, com 156 milhões destinados especificamente a tais povos e mais 11 milhões em projetos em fase de análise da chamada PNGATI. O desenvolvimento científico e tecnológico disponibilizou apoio a universidade, aos inventários florestais, a Mamirauá, MUSA e Embrapa.

A fase de monitoramento e avaliação contabiliza análise de 12 projetos já concluídos, enquanto o eixo de transparência e comunicação realizou atividades de criação de boletins de notícias trimestrais, informes de carteiras mensais e desenvolvimento do site (www.fundoamazonia.gov.br) em português e inglês. O eixo de transparência e relações institucionais se pauta na construção de relatórios anuais de atividade em português e inglês, nas atividades da secretaria executiva do COFA, atividades de captação e prestação de contas e organização de eventos nacionais e internacionais. Como desafios e perspectivas para as próximas etapas, foram citadas a criação de novas chamadas públicas, atuação junto ao setor privados e avaliação de efetividade do FA.

2. Painel da facilitação gráfica



D. Captação de recursos e sustentabilidade financeira, gestão direcionada a impacto

1. Sínteses das apresentações

1.1 JUERG KLAERER – CLIMATE FINANCE SOURCES AND NCF FUNDRAISING

Juerg Klaerer possui mais de 20 anos de experiência internacional nas áreas de Financiamento Climático/Ambiental; Tributação Ambiental e reforma fiscal; Política de Clima e Ambiental, bem como na área de eficiência de recursos e produção industrial limpa. Nestas áreas, Juerg Klarer liderou ou esteve envolvido em projetos em aproximadamente 60 países.

A palestra sobre “Fontes de financiamento climático e angariação de fundos para FNCs) foi iniciada com uma discussão da significância do financiamento climático. As mudanças climáticas são consideradas como um dos maiores desafios de desenvolvimento e ambientais do século XXI, havendo a necessidade de transição para um novo paradigma que promova e apoie a menor emissão de GEE, o desenvolvimento resiliente ao clima, as mudanças nos processos de produção e consumo de modo que emitam menos GEE, e um desenvolvimento sustentável. Com a promessa de 100 bilhões de dólares anualmente até 2020, os países desenvolvidos parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), possibilitam uma nova era de financiamento em prol da área de mudanças climáticas. O setor de financiamento climático é financiado por cooperações bilaterais, cooperações nacionais entre setores públicos, cooperações multilaterais, cooperação com o setor privado, organizações não-governamentais e por pessoas/famílias, por meio de caridades e fundações.

O futuro do financiamento internacional climático ainda é incerto, não se sabendo ao certo se os recursos acordados no âmbito da UNFCCC serão recebidos pelos países, e quais destinações seriam dadas em termo de mecanismos e instituições. Caso venham a ser liberados, o Brasil poderá receber aproximadamente 1 bilhão de dólares anualmente para ações de mitigação e para as de adaptação (2 bilhões ao total). Nesse caso, o país precisa de projetos já desenvolvidos de acordo com as políticas adotadas, assim como instituições nacionais e internacionais capazes de absorver os recursos. Preparação de projetos dessa amplitude requerem um ano ou mais de preparação. Para instituições nacionais o referencial a ser alcançado é o padrão de acreditação do Green Climate Fund (GCF) para entidades na modalidade de acesso direto.

1.2 ANJA WUCKE - GESTÃO DIRECIONADA A IMPACTO

Anja Wucke é bacharel em Estudos da Filologia Alemã, Línguas Românicas e História, e Tecnóloga em Estudos de Proteção Ambiental Técnica. Trabalha a mais de 20 anos em projetos do Ministério do Meio Ambiente Construção e Segurança Nuclear da Alemanha (BMUB) e do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da

Alemanha (BMZ) relacionados ao Desenvolvimento Sustentável, Gestão de Projetos de Proteção Climático e Acordos Internacionais sobre a Mudança do Clima.

A gestão baseada em resultados (results-based management) da GIZ realiza o manejo dos projetos em curso, por meio dos resultados apresentados ao longo do seu desenvolvimento. A efetividade para um desenvolvimento sustentável é um dos fundamentos para a avaliação dos projetos, sendo o monitoramento por resultados (results based monitoring – RBM) parte integral do processo de aprovação e acompanhamento de projetos no “modelo de resultados” (framework) da GIZ.

A inclusão de RBM para os projetos envolve a necessidade de uma avaliação dos resultados, por meio de informações sobre o progresso do projeto, um caráter de aprendizado possibilitando identificar onde são necessárias as modificações, e uma gestão e direcionamento para decisões estratégicas e de gestão baseadas nos dados coletados. Com o RBM é possível iniciar diálogos com parceiros sobre as estratégias e planos operacionais selecionados, assim como ter uma base de acompanhamento do andamento e resultados dos projetos.

O conceito de RBM utilizado pela GIZ contém duas abordagens, sendo uma de medir resultados por meio de indicadores, e outra de acompanhamento de perspectivas comparativas. Esse acompanhamento envolve coleta de opiniões e experiências de forma sistemática dos atores-chave em relação à perguntas e problemas pré-definidos, por meio de análise qualitativa de resultados. Os passos para o uso do sistema de RBM envolve uma análise/ajuste dos modelos de resultados, uma explicação dos requerimentos a serem cumpridos pelo uso do RBM, uma definição do modo de quantificação dos resultados, um planejamento detalhado do plano de monitoramento e criação de formulário RBM, coleção e análise de dados, e a utilização dos resultados do RBM.

Com base em um trabalho anterior da GIZ, foram disponibilizadas orientações para o desenvolvimento de um portfólio de projetos transformacionais na área de mitigação de GEE. Dentre as orientações foram citadas a necessidade de: mudanças transformacionais, significando mudanças fundamentais com impactos transformacionais sistêmicos; ações compreensivas e consistentes entre os setores para os objetivos de sustentabilidade global e limitação de 1,5-2,0 graus C de aumento global de temperatura; impedir o efeito rebote de compensação da diminuição das emissões com um aumento do crescimento; utilização das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) como contribuições limite pelo país; redução de 37% de emissão de GEE até 2025 e 43% até 2030 com base no ano de 2005, e descarbonização até o final do século.

Tais modificações transformacionais devem ter o objetivo de possibilitar mudanças nos caminhos de desenvolvimento altamente dependentes de carbono, podendo ser guiadas pela potencial redução de

emissão de GEE devido às metas de diminuição, pelo desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento de baixo carbono, pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e por indicadores de performance de curto prazo. Tal processo deve ser guiado por atores comprometidos com a inovação, gerando comprometimento a longo prazo de financiamento para soluções de baixo carbono, conectando as inovações com as práticas do cotidiano, convencendo outros atores a adotarem as inovações, aumentando o apoio às populações alvo para que mantenham projetos, e assegurando que as intervenções levem a mudanças progressivas de comportamento. Para transpor as barreiras em busca das modificações transformacionais são necessárias a criação de incentivos que evitem o colapso do sistema transformado; a criação de parcerias entre atores com interesse mútuo sobre desenvolvimento de baixo carbono; transpor barreiras frontais de alto custo por meio da criação de demanda por novas tecnologias e incentivos; construção de capacidade dos fornecedores que investem e buscam retorno das tecnologias de baixo carbono; e, monitorar intervenções constantemente e realizar ajustes diante dos custos de transação.

2. Painel da facilitação gráfica



E. Gestão de Fundo na Prática: atividade vivencial

Tratou-se de uma prática vivencial desenvolvida especificamente para o Seminário, em formato de vivência-jogo, com desafios específicos organizados em tarefas que precisavam ser cumpridas por cada grupo em prazos pré-determinados. Os participantes, organizados em grupos e cada grupo representando um Fundo, e sob a orientação da facilitadora, praticaram os principais processos e desafios de gestão de fundo público em um ano fiscal.

Durante a vivência e como parte de sua dinâmica de aprendizagem, os Fundos contaram com especialistas para tirarem possíveis dúvidas sobre os processos praticados. Estes mesmos especialistas também desempenharam a função de doares para aqueles Fundos que desejassem captar recursos financeiros para cumprir o mandato de financiamento dos projetos selecionados por eles. A última parte da Vivência foi uma reflexão coletiva sobre as facilidades e dificuldades enfrentadas para realização dos processos de gestão.

Os 4 momentos da Vivência foram e cada momento teve um conjunto de tarefas: 1. Orientações e caracterização do Fundo; 2. Seleção de projetos; 3. Planejamento orçamentário e divulgação de resultados; e 4. Reflexão e troca de experiências.

Os resultados do cumprimento das tarefas foram sendo registradas na matriz – Relatório de Gestão, apresentadas abaixo. E as principais facilidades e dificuldades compartilhadas por cada Fundo também estão registradas aqui. Foi uma atividade rica de compartilhamento e aproximação com competências necessárias para aqueles que desempenham a gestão de fundos. Os materiais utilizados na vivência estão disponíveis no Anexo 1 deste relatório.

1. Resultados dos Grupos

Relatório de Gestão do Fundo Mitiga&Adapte

Nome do fundo Mitiga&Adapte	Forma de seleção de projeto Demanda dirigida
Critério de seleção de projeto <ul style="list-style-type: none">. Instituições públicas, estaduais e federais.. Projetos acima de 250 mil até 2 milhões. Contrapartida mínima financeira de 15%. Prazo máximo de execução: 24 meses	Número do projeto/orçamento investido 06 – 300.000,00 10 – 300.000,00 15 – 1.300.000,00 Orçamento total: 1.900.000,00
Captação de recursos: 1.000.000,00	
Planejamento do orçamento do ano seguinte Recursos novo ano: 1.900.000,00 Comprometido: 246.000,00 Disponível: 1.654.000,00 2.654.000,00	Divulgação de resultados Quantidade de projetos apoiados: 3 Impactos esperados: <ul style="list-style-type: none">. promoção e desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica.. difusão de tecnologia.. atividades e tecnologias de baixa emissão e padrões sustentáveis de produção e consumo. Orçamento OGU: 1.654.000,00 Orçamento total: 2.332.000,00

Dificuldades:

- ✧ Equipe qualificada
- ✧ Doadores interessados em investir

Facilidades:

- ✧ Baixa execução.
- ✧ Poucos projetos dentro dos critérios.

Relatório de Gestão do Fundo no Grau

Nome do fundo Fundo no Grau	Forma de seleção de projeto Demanda dirigida
Critério de seleção de projeto <ul style="list-style-type: none"> . Atender as diretrizes do fundo. . Valor solicitado entre R\$ 500.000,00 e 1.500.000,00 . Instituição proponente: OSC 	Número do projeto/orçamento investido 14 – 1.100.000,00 15 – 1.300.000,00 17 – 1.500.000,00 19 – 900.000,00 Orçamento total: R\$ 4.800,00
Captação de recursos: R\$ 4.800.000,00 (OGU) /2.000.000,00 (Ronan e Daniel Corporation)	
Planejamento do orçamento do ano seguinte R\$ 4.800.000,00 – Edital mitigação/transporte público urbano. R\$ 2.000.000,00 – Edital mitigação/práticas adaptativas para comunidades vulneráveis.	Divulgação de resultados 4 projetos apoiados R\$ 4.800.000,00)/C.P R\$ 552.000,00 Em andamento R\$ 6.800.000,00 para o próximo exercício. Realização de oficinas de capacitação de executores e construção de indicadores. Impactos: redução de GEE e pesquisa de difusão tecnológica.

Dificuldades:

- ✧ Regras do orçamento (STN)
- ✧ Planejamento a longo prazo.
- ✧ Captar recursos
- ✧ Imprevisibilidade orçamentária e financeira.
- ✧ Definir indicadores de impacto.

Facilidades:

- ✧ Operação do fundo.
- ✧ Pensar temas para apoiar.

Relatório de Gestão do Fundo Municípios Sustentáveis

Nome do fundo Fundo Municípios Sustentáveis	Forma de seleção de projeto Demanda dirigida
Critério de seleção de projeto . Mínimo de R\$ 100.000,00 e máximo de R\$ 1.000.000,00 . Organizações públicas e privadas. . Sem contrapartida. . Prazo máximo de execução: 36 meses. . Escopo com o objetivo direto: mitigação e adaptação.	Número do projeto/orçamento investido 8 projetos selecionados R\$ 4.240.000,00 (85% do orçamento alocado) Orçamento total:
Captação de recursos: Possibilidades: OGU, setor privado (empresas e bancos), fundos municipais, doações internacionais, fundo internacionais. Este fundo não conseguiu captar recursos.	
Planejamento do orçamento do ano seguinte Orçamento do próximo ano: R\$ 5.000.000,00 (OGU)	Divulgação de resultados Projetos apoiados: 8 Recursos investidos: R\$ 4.240.000,00 Impactos/indicador de população alcançada pelo projeto: 200.000 pessoas.

Dificuldades:

- ✧ Ferramentas disponíveis para medir o impacto do projeto não convenceram os investidores a investir em novos projetos.
- ✧ Captação de recursos.
- ✧ Transparência.

Facilidades:

- ✧ Definir o fundo e sua área de atuação
- ✧ Seleção dos projetos.

Relatório de Gestão do Fundo Esperança

Nome do fundo Fundo Esperança	Forma de seleção de projeto Demanda dirigida
Critério de seleção de projeto . Estados e OSC. . Valor entre: R\$ 500.000,00 e 2.000.000,00 . Prazo de execução: 24 meses. . Objetivo com impacto em mitigação e adaptação. . Critérios objetivos de mensuração de impactos.	Número do projeto/orçamento investido 1 – 500.000,00 14 – 1.100.000,00 15 – 1.300.000,00 17 – 1.500.000,00 Orçamento total: R\$ 4.400.000,00

Captação de recursos: R\$ 5.000.000,00 OGU e R\$ 1.000.000,00 doação.	
Planejamento do orçamento do ano seguinte . Ampliar o acesso (municípios, instituições federais e empresas publicas) . Lançamento de edital para projetos de mitigação . R\$ 6.000.000,00	Divulgação de resultados . 4 projetos apoiados. . 4,4 milhões investidos. . tecnologias de baixa emissão. . eficiência energética . produção e consumo sustentável . difusão tecnológica

Dificuldades:

- ✧ Planejamento do ano seguinte.
- ✧ O que fazer? Atividades.
- ✧ Quanto pedir?

Facilidades:

- ✧ Experiência em gestão de fundos.

Relatório de Gestão do Fundo Azul

Nome do fundo Fundo Azul	Forma de seleção de projeto Demanda dirigida
Critério de seleção de projeto .1. Proponente Ente público ou privado sem fins lucrativos. .2. Valor do Projeto de R\$ 250.000,00 a 2.000.000,00 (solicitado) 3. Prazo de execução 24 meses prorrogáveis por mais 12 meses. 4. Escopo: mitigação ao adaptação 5. Enquadramento pelo menos em uma diretriz do fundo.	Número do projeto/orçamento investido 1 – 500.000,00 6 – 300.000,00 8 – 1.100.000,00 10 – 250.000,00 15 – 1.300.000,00 Orçamento total: R\$ 3.450.000,00
Captação de recursos: R\$ 6.000.000,00	
Planejamento do orçamento do ano seguinte . Captação externa: R\$ 6.000.000,00 . Orçamento do próximo exercício: R\$ 3.300.000,00 . Empenho do ano anterior: (-)R\$ 150.000,00 . Disponível: R\$ 9.150.000,00	Divulgação de resultados 5 projetos selecionados

Facilidades:

- ✧ Definir critérios antes das chamadas

2. Reflexão da Plenária

Registro das ideias relatadas pelos participantes em plenária sobre as reflexões e aprendizados a partir da atividade vivencial.

- ✧ Imersão na vivência nos mostrou a natureza da nossa rotina e nos permitiu refletir que precisamos repensar a rotina e encontrar tempo e formas criativas, inovadoras;
- ✧ A vivência nos permitiu um intercâmbio maravilhoso. Captamos e compreendemos uma diferença na forma de lidar com os recursos OGU- Orçamento Geral da União.
- ✧ Muito bom o exemplo da Alemanha, onde há progressivo aumento de recursos provenientes dos impostos dos contribuintes para financiar projetos de apoio ao meio ambiente.
- ✧ Os proponentes não leem os editais, como comunicar com os proponentes (critérios mais claros) para que eles possam propor projetos com melhores condições?
- ✧ Como um fundo deve progredir para ter mais sustentabilidade financeira?
- ✧ O acompanhamento é importante, o trabalho com equipe qualificada e interdisciplinar e medição dos resultados.
- ✧ A dinâmica foi perfeita! Ninguém pensou em nada inovador porque o tempo, como sempre, é sempre pouco.
- ✧ Foi muito bom ser o doador na Vivência. Para a Vivencia fizemos simplificações, por exemplo, não incluímos as formas de execução dos projetos
- ✧ Foi bom para compreender o que é gerir um fundo, o macro caminho a ser percorrido.
- ✧ Como o Fundo Alemanha é bom. O Brasil precisa avançar e ter fundos com mais estrutura
- ✧ É importante ter mais eventos como este para juntos repensarmos as "formas" de fundo no Brasil.

3. Resultados das Reflexões Individuais

Registro das ideias relatadas pelos participantes em formulário individual sobre as reflexões e aprendizados a partir da atividade vivencial.

O que tenho de capacidades/habilidades que favorece a minha atuação como gestor de fundo?

- ✧ Vontade e disposição para aprender.
- ✧ Compreensão dos procedimentos.
- ✧ Experiência na área de políticas públicas.
- ✧ Análise crítica.
- ✧ Organização.
- ✧ Experiência na elaboração de editais, definição de critérios.
- ✧ Visualizar rapidamente projetos com possibilidades de revisão de critérios de elegibilidade.
- ✧ Vontade de buscar ideias criativas.
- ✧ Experiência na avaliação de projetos, o que facilita na escolha de bons projetos.
- ✧ Experiência de 13 anos de atuação em fundo ambiental.

O que preciso desenvolver para aperfeiçoar a minha atuação como gestor de fundo?

- ❖ Conhecimento técnico e capacitação.
- ❖ Indicadores de impacto.
- ❖ Conhecimento das regras.
- ❖ Conhecer mecanismos de outros fundos.
- ❖ Desenvolver metodologias para avaliação de impacto dos projetos.
- ❖ Negociação para captação de recursos.
- ❖ Legislação sobre finanças públicas e internacionais.
- ❖ Aprender mais sobre demanda dirigida e sobre gestão de recursos do OGU.
- ❖ Criatividade para pensar fora da caixa.

O que levo deste dia para o meu trabalho como gestor de fundos?

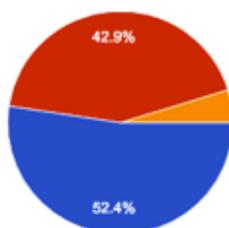
- ❖ Necessidade de pensar globalmente e de forma sistêmica, elaborando metas ambiciosas que realmente contribuam para o alcance das metas da NDC.
- ❖ Histórico da criação dos fundos públicos e a importância da criação de novas alternativas.
- ❖ Maior conhecimento sobre fundos contábeis – OGU.
- ❖ A necessidade de investigar e responder o impasse de como revitalizar um fundo público contábil num cenário de contingenciamento e atender as necessidades prementes, bem como de formatar novas estruturas/participação para captar recursos e investir no setor privado.
- ❖ Contatos e inspiração para novos arranjos.
- ❖ Levo conhecimento
- ❖ Melhorar a comunicação para dentro da equipe de gestão e para fora.
- ❖ Estudar mais e apropriar-me melhor do assunto de gestão de fundo.
- ❖ Instigada, provocada.
- ❖ Muita informação nova, mais conhecimento.
- ❖ Inspirada para pensar fora da caixa.

F. Avaliação do Seminário

Resultado da tabulação dos formulários de avaliação, realizada a partir da percepção individual dos participantes.

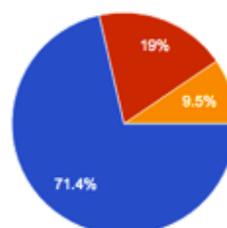
Sessões/palestras

21 responses



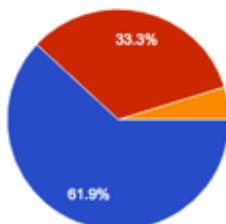
Atividade vivencial/jogo

21 responses



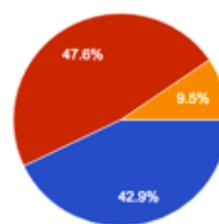
Proposta do evento em relação à política pública relacionada

21 responses



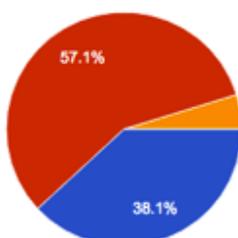
Cumprimento dos objetivos propostos

21 responses



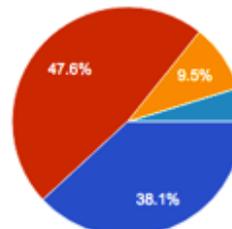
Cumprimento da agenda programada

21 responses



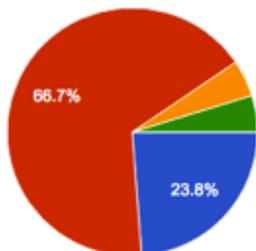
Sequência das etapas

21 responses



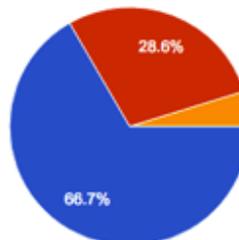
Duração

21 responses



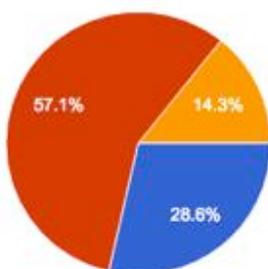
Condução do processo (moderação/facilitação)

21 responses



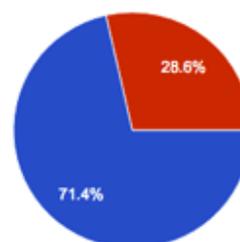
Oportunidades de participação

21 responses



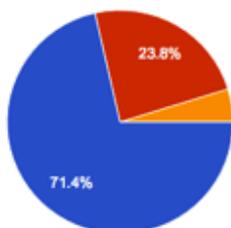
Local do evento

21 responses



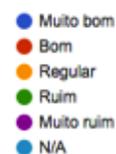
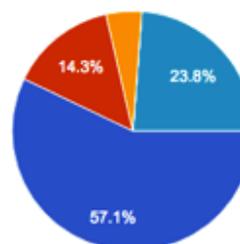
Instalações físicas (mobiliário, iluminação...)

21 responses



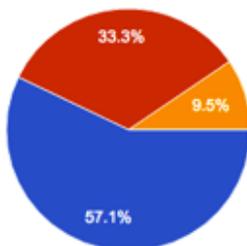
Alimentação

21 responses



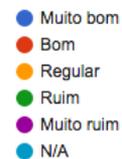
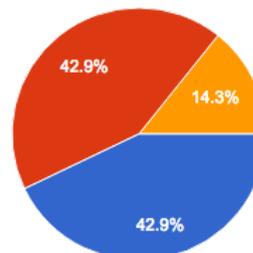
Auto-avaliação | Motivação

21 responses



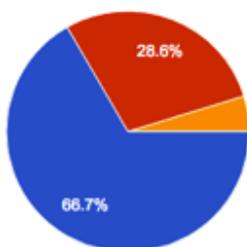
Auto-avaliação | Ampliação dos conhecimentos

21 responses



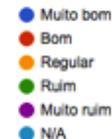
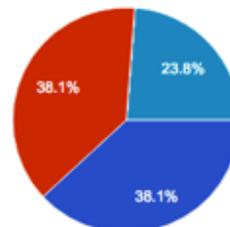
Auto-avaliação | Comprometimento

21 responses



Avaliação Global | O evento foi...

21 responses



1. Pontos fortes

Resultado da tabulação dos formulários de avaliação, realizada a partir da percepção individual dos participantes .

- ✧ Boas palestras.
- ✧ Qualidade dos palestrantes.
- ✧ Excelente palestrantes com capacidade de discorrer adequadamente acerca do assunto.
- ✧ Palestrantes.
- ✧ Expositores experientes.
- ✧ Conhecer metodologia de operação de fundos diferente do modelo operado pelo Governo Federal.
- ✧ Vivência.
- ✧ Dinâmica de grupo.
- ✧ Atividade vivencial.
- ✧ Metodologia.

- ✧ Troca.
- ✧ Temática abordada.
- ✧ Tema.
- ✧ Participantes.
- ✧ Experiências diversas dos participantes.
- ✧ Organização excelente.
- ✧ Qualidade do material de apoio.
- ✧ Infraestrutura.
- ✧ Organização.
- ✧ Infraestrutura e nível de conhecimento dos palestrantes.
- ✧ Local e logística do evento.

2. Pontos fracos

Resultado da tabulação dos formulários de avaliação, realizada a partir da percepção individual dos participantes .

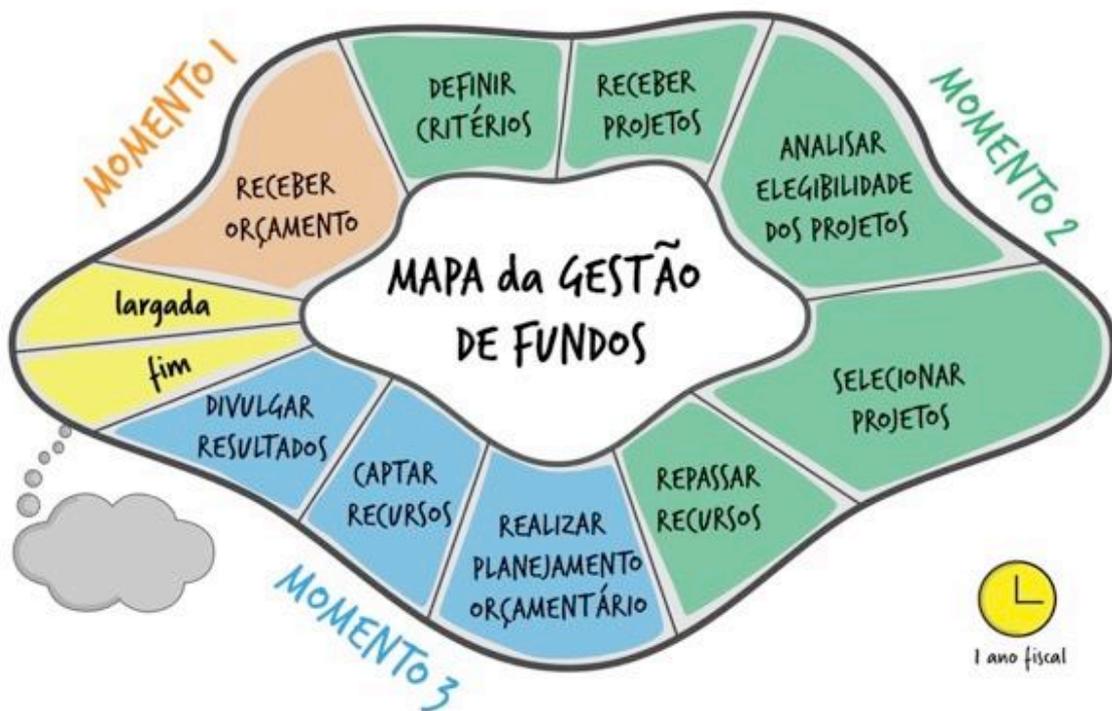
- ✧ Ausência de participantes no período da tarde.
- ✧ Pouca aplicação no modelo de gestão do Governo Federal.
- ✧ Respostas parcialmente respondidas (palestrantes nacionais se retiraram).
- ✧ Muitas apresentações.
- ✧ Falta de clareza do objetivo do evento. Falta de um momento para discutir e construir alternativas para as dificuldades apontadas.
- ✧ Pouco tempo para participar. Pouco tempo de duração.
- ✧ As primeiras palestras foram muito interessantes, entretanto, o tempo destinado a elas foi muito reduzido considerando a importância e densidade dos assuntos tratados.
- ✧ Sala fria.
- ✧ Tradução. Muitas vezes o tradutor se enrolava na tradução. (Não foi ruim, mas pode melhorar).
- ✧ Mais tempo para apresentações e debates.
- ✧ Pouco tempo para discussão nas palestras.

3. Sugestões

Resultado da tabulação dos formulários de avaliação, realizada a partir da percepção individual dos participantes .

- ✧ Contextualizar o porquê do público.
- ✧ Disponibilizar com antecedência os tópicos a serem tratados de forma mais detalhada a fim de iniciarmos o seminário com um conhecimento mais consolidado.
- ✧ Novos seminários.

Anexo 1 | Material da atividade vivencial: Gestão de Fundos



RELATÓRIO DE GESTÃO

MOMENTO 1	Nome do fundo:	Forma de seleção do projeto:
MOMENTO 2	Crítérios de seleção de projetos	Número do Projeto/ Orçamento investido: Orçamento total:
MOMENTO 3	Captação de recursos	
	Planejamento do orçamento do ano seguinte	Divulgação dos resultados



Principais regras da vivência

Realizar e finalizar dentro do tempo dado os principais processos de gestão que acontecem no primeiro ano fiscal de um fundo, totalizando (12 meses).

Concluímos a vivência quando...

Cumprimos os principais processos da gestão de um fundo e/ou quando finalizamos o ano fiscal.

Realizaremos a vivência em quatro momentos

1. Orientações gerais e caracterização do Fundo.
2. Seleção de projetos.
3. Planejamento orçamentário e divulgação de resultados.
4. Reflexão e troca de experiências

Materiais do Fundo

1. Mapa de Gestão do Fundo, onde serão registrados as conclusões das tarefas cumpridas nos prazos estipulados. Para sinalizar no mapa a conclusão da tarefa use o marcador de atividades.
2. Painel Relatório de Gestão para registro dos resultados do Fundo.
3. Envelopes com as cartas que contêm as tarefas a serem cumpridas.
4. Bandeiras.
5. Base de fixação de bandeiras.

MOMENTO 01

orientações e caracterização do Fundo

10 minutos



Vocês são a equipe de um Fundo contábil na modalidade não reembolsável, com atuação na área de Mudança do Clima.

Diretrizes do Fundo

Apoio a projetos na área de mitigação em:

- Eficiência energética
- Transporte público urbano, e
- Pesquisa e desenvolvimento.

Apoio a projetos na área de adaptação em:

- Adaptação baseada em ecossistemas
- Práticas adaptativas para comunidades vulneráveis

Forma de seleção dos projetos:

- Demanda dirigida

Tarefas

1. Entender o perfil: Fundo contábil na modalidade não reembolsável, com atuação na área de Mudança do Clima.
2. Dialogar sobre diretrizes listadas.
3. Definir nome do fundo.
4. Eleger Gestor e Porta Voz.
5. Receber e conhecer o orçamento, encontra-se dentro do envelope.

Atenção!

- Registrar no Painel - Relatório de Gestão: o nome do Fundo, qual a forma de seleção dos projetos e orçamento disponível.
- Comunicar o término das tarefas fixando a bandeira de conclusão do Momento 1 na base.

As orientações do próximo momento estão no envelope 2.

GESTÃO
DE FUNDOS

MOMENTO 02

Seleção dos Projetos

30 minutos



Neste momento, após a publicação da chamada, vocês acabaram de receber os Projetos!
Agora é hora de selecioná-los e de repassar os recursos, bom trabalho!

Tarefas

1. Receber os projetos.
2. Analisar disponibilidade orçamentária.
3. Definir critérios de seleção dos projetos dentre os critérios apresentados (o fundo pode inserir novos critérios, se achar necessário).
4. Analisar elegibilidade dos projetos.
5. Selecionar os projetos vencedores.
6. Repassar recursos (grampear o recurso no projeto).

Atenção!

- Registrar no Painel - Relatório de Gestão: critérios escolhidos, número do projeto e orçamento investido (no projeto) e orçamento total gasto.
- Se as tarefas foram cumpridas no prazo, marcar sua conclusão no Mapa de Gestão com adesivo na cor verde.
- Se as tarefas não foram cumpridas no prazo, marcar no Mapa de Gestão com adesivo na cor vermelho.
- Comunicar o término das tarefas fixando a bandeira de conclusão do Momento 2 na base.

As orientações do próximo momento estão no envelope 3, solicite a moderadora.

GESTÃO
DE FUNDOS

MOMENTO 03

Planejamento orçamentário e divulgação de resultados

30 minutos



O ano está acabando, está na hora de planejar!

Tarefas

1. Realizar planejamento orçamentário, com o objetivo final de demonstrar quanto de recurso disponível o fundo terá para novos projetos no ano seguinte. (O Fundo possui liberdade para realizar captação externa de recursos, mas deve se preparar para tal.)
2. Divulgar resultados: seu relatório de gestão deve conter recursos investidos, número de projetos executados e recurso total disponível para investir em novos projetos no ano seguinte.
3. Considerar para planejamento orçamentário e divulgação de resultados os seguintes campos:
 - Recursos investidos
 - Quantidade de projetos apoiados
 - Impacto atingido e/ou pretendido
 - orçamento OGV
 - orçamento Total
4. Se for identificada a necessidade de captação de recursos chame os doadores levantando a bandeira da captação.

Atenção!

- Registrar no Painel - Relatório de Gestão: planejamento do ano seguinte e resultados.
- Se as tarefas foram cumpridas no prazo, marcar sua conclusão no Mapa de Gestão com adesivo na cor verde.
- Se as tarefas não foram cumpridas no prazo, marcar no Mapa de Gestão com adesivo na cor vermelho.
- Comunicar o término das tarefas fixando a bandeira de fim na base.

GESTÃO
DE FUNDOS

CRITÉRIOS

Critérios de seleção de projetos

Aqui, apresentamos alguns critérios que podem ser utilizados na seleção dos projetos, fiquem à vontade para utilizá-los ou criar novos.

1. Tipo de instituição proponente
 - a. Instituições públicas municipais, estaduais e federais
2. Valor do projeto
 - a. Projetos acima de 250 mil, até 2 milhões de reais
3. Contrapartida
 - a. Garantia de contrapartida financeira mínima de 15%
4. Prazo máximo de execução
 - a. 24 meses
5. Escopo com objetivo direto de impacto em mitigação e/ou adaptação
6. Enquadramento com as diretrizes do Fundo
7. Critérios objetivos de mensuração de impacto

Anexo 2 | Registro fotográfico

Foto 1 | Abertura



Foto 2 | Plenária



Foto 3 | Painel Aplicação de recursos por meio de fundos governamentais:
abordagem conceitual e tipos de fundo



Foto 4 | Painel Gestão de fundos: boas práticas, governança e compliance



Foto 5 | Painel Captação de recursos e sustentabilidade financeira, gestão direcionada a impacto



Foto 6 | Atividade vivencial: Gestão de Fundos



Foto 7 | Encerramento MMA



Foto 8 | Encerramento GIZ



Anexo 3 | Lista de participantes